

## **FAMÍLIAS NÃO CONVENCIONAIS NA ESCOLA: A (IN)EFICIÊNCIA DAS ESTRATÉGIAS DE (DES)INTEGRAÇÃO**

Isaias Batista de Oliveira Júnior<sup>1</sup>

Renata Maria Coimbra Libório<sup>2</sup>

Eliane Rose Maio<sup>3</sup>

### **RESUMO**

No processo formativo do ser social a família tem recebido a função de fortalecer os cuidados com o corpo físico e psíquico e a escola coube a transmissão de valores culturais e sociais. Neste viés surgem distintas estratégias que visam integrar ambas as instituições. O que se observa na maioria das vezes é que o sistema educacional desconhece, ignora ou culpa os arranjos familiares constituídos pelas mudanças ocorridas nas últimas décadas do século XX, pelo “sucesso” ou “fracasso escolar” de seus alunos. Este artigo tem como objetivo analisar o estabelecimento das relações entre famílias estruturadas em modelos não convencionais e a escola e para este feito recorreremos a pesquisa bibliográfica. As considerações finais deste estudo apontam que a escola precisa lançar um olhar plural sob essas famílias e reconhecer que a combinação de valores, estruturas, afeições, entre outros aspectos, pode caracterizá-las como uma organização funcional, centrando-se nos elementos de positividade que sustentam o contexto familiar e na interação entre seus membros, ou seja, naquilo que eles são capazes de fazer bem. Se trata de reconhecer que independente da organização da família, coexistem fortalezas, bem como fraquezas, recursos e destituições. Investir em capacitação da comunidade escolar, bem como uma reestruturação curricular objetivando a ética, o respeito à diversidade e o acolhimento dos sujeitos oriundos dessas novas configurações familiares são estratégias indispensáveis.

Palavras chaves: Famílias Não Convencionais, Escola, Estratégias Educacionais.

### **FAMILIES UNCONVENTIONAL IN THE SCHOOL: THE (IN)EFFICIENCY STRATEGIES (DES) INTEGRATION**

### **ABSTRACT**

In the training process of social being the family has received the function of strengthening care for the physical and mental body and the school fit the transmission of cultural and social values . This bias arise distinct strategies to integrate both institutions. What is observed most often is that the educational system ignores, ignores or guilt family arrangements made by changes in the last decades of the twentieth century, the "success "or" school failure" of his students. This article aims to examine the establishment of relations between structured unconventional designs and school families and to this effect, we turn to literature. The concluding remarks of this study indicate that the school needs to launch a plural look under those families and recognize that the combination of values , structures, affections, among other things, can characterize them as a functional organization, focusing on elements of positivity support the family context and interaction among its members, ie, what they are capable of doing well. Recognize that it is independent of the family organization, coexist fortresses and weaknesses, resources and dismissals. Investing in training the school community as well as a curriculum structuring aiming ethics, respect for diversity and host of subjects arising from these new family configurations are indispensable strategies.

Key words: Unconventional Families, School, Instructional Strategies.

## Introdução

A Lei Brasileira instituiu a escola como um local privilegiado para a implementação de políticas públicas e dentre as distintas normatizações passou a atribuir a família e a escola a missão compartilhada de formação do ser social. A educação escolar passa a ser vista como contribuinte para a (re)produção cultural e social e na família encontra-se o local ideal para o fortalecimento dos cuidados físicos e psíquicos do indivíduo (DESSEN & POLÔNIA, 2007)

Pensando na integração destes institutos “temos assistido, nos últimos anos, a formulação de políticas públicas educacionais visando a participação e cooperação da família na escola. Essas políticas de articulação trazem uma série de implicações ao impor responsabilidades para ambas as organizações e o que temos visto é o fracasso dessas estratégias (NOGUEIRA, 2006).

Um dos aspectos limitadores dessa integração está sustentado no conceito de “família” e suas “formas de organização” que a escola tem propagado. Primeiramente “ela adota um modelo único de família: afluyente, do qual se distancia um grande número de famílias” (CARVALHO, 2004, p.149). Em segundo lugar porque “permanecem implícitas as relações de classe e, sobretudo de gênero, que compõem os modelos de família e que conduzem ao sucesso ou fracasso escolar”. E por fim acaba por acentuar a responsabilidade dos pais/mães pelo aproveitamento e sucesso escolar do aluno e pela eficiência e eficácia da escola (CARVALHO, 2000, p.144).

A escola precisa reconhecer que na contemporaneidade os sujeitos (re)criam livremente suas experiências emocionais e afetiva. Carece considerar que os avanços técnicos da medicina permitem escolher como, quando e com quem desejamos conceber nossos filhos. Deve saber que transformações na sociedade incidiram na família que passou a se estruturar de distintas maneiras. Necessita compreender que a lei conferiu às diversas relações não convencionais o *status* de família e que somando-se a outras formas de organização, os laços de consanguinidade, as formas legais de união, o grau de intimidade nas relações, as formas de moradia, o compartilhamento de renda podem ser algumas das variáveis que, combinadas ou isoladas permitem identificar inúmeras organizações familiares, além daquelas ditas “tradicionais”.

Partindo destes pressupostos o presente estudo visa analisar o estabelecimento das relações entre famílias não convencionais e a escola. A partir daí delineiam-se os objetivos específicos como: compreender a estruturação da família na contemporaneidade, descrever estratégias relacionadas a integração da família na escola; apontar caminhos para uma integração efetiva da família no processo educacional a fim de que ambas possam se adequar aos novos paradigmas conferidos pela evolução dos aspectos cognitivos, sociais, afetivos e culturais.

## Estruturando famílias na contemporaneidade

Podemos inferir que as famílias da modernidade foram constituídas e construídas ao longo do tempo através de convenções culturais e/ou sociais, assumindo novos contornos, em parte, resultado de duas guerras mundiais seguido da revolução industrial que ocorreram na sociedade e que privilegiaram

[...] mais o indivíduo, com seus valores e capacidades do que sua posição social, gênero ou idade. A família de características hierarquizadas foi se estruturando como uma família onde os conceitos de igualdade passaram a predominar, contribuindo para o surgimento de uma nova perspectiva

sobre as questões de gênero. A família moderna após a industrialização passou a ter maiores possibilidades de se constituir através da livre escolha dos cônjuges fundamentada no amor conjugal. Passou-se a dar mais importância à realização pessoal na união conjugal, tendo o afeto, muitas vezes, o poder de direcionar as decisões pessoais (HINTZ, 2001, p. 10).

Nesse período, a mulher, culturalmente designada apenas aos serviços domésticos “passa a trabalhar fora com a finalidade de aumentar a renda familiar. Aos poucos sente a necessidade de ampliar seu campo de trabalho e passa a participar de atividades educativas, profissionais, culturais, artísticas e políticas” (HINTZ, 2001, p. 12). As “modificações socioeconômicas e culturais alteraram os vínculos familiares. Os membros das famílias foram instados a assumir novos papéis e posições e levados a conviver com novos arranjos familiares” (AMAZONAS, et al, 2003, p. 12).

No Brasil, mudanças maiores no contorno familiar se deram com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que estabeleceu princípios fundamentais em relação a esse instituto e reconheceu como entidade familiar a união estável e a família monoparental, contrariando o Código Civil de 1916 que previa como *status familiae* exclusivamente aqueles agrupamentos oriundos do instituto do matrimônio (ALVES, 2007, OLIVEIRA; MARINHO ARAÚJO, 2010). “Foi somente a partir daí que o Estado, constitucionalmente, passou a dar proteção às famílias que não fossem constituídas pelo casamento” (PEREIRA, 2003, p. 08).

No cenário jurídico brasileiro vivenciamos o reconhecimento do *status* familiar às uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo ou de sexos opostos, como uma realidade. A adoção dessa medida emerge paralelamente ao direito da constituição de vínculos de filiação, seja por meio de adoção ou pelo recurso às modernas tecnologias reprodutivas como “as mudanças que afetam diretamente às condições de procriação, tais como: barriga de aluguel, embriões congelados, procriação artificial com doador de esperma anônimo” (CECCARELLI, 2007, p. 91) ou “com recursos técnicos da medicina reprodutiva para escolher como desejamos conceber nossos filhos” (PASSOS, 2005, p. 33).

Em um estudo realizado no Programa de Medicina da Família em Coimbra – Portugal – Caniço et al. (2010) classificaram as famílias, no que diz respeito à estrutura e dinâmica global de como se organizam e se compõem, em 21 categorias: díade nuclear, família grávida, família nuclear, família consanguínea, família alargada, família com prole extensa, famílias reconstruídas, combinadas ou recombinadas, família homoafetiva, família monoparental, família dança a dois, família de coabitação, família comunitária, família hospedeira, família adotiva, família unitária, família com dependente, família com fantasma, família acordeão, família flutuante, família descontrolada e família múltipla.

Quanto a estruturação conjugal Caniço et al. (2010) nomearam as famílias em: família tradicional, família moderna, família fortaleza, família companheirismo, família paralela e família associação. No que tange às relações entre os membros das famílias foram organizadas em duas categorias: famílias estáveis ou equilibrada e famílias instáveis subdivididas em família rígida, família super protetora, famílias permissiva, família centrada nos filhos, família centrada nos pais e família sem objetivos.

No Brasil, estudo desenvolvido por Libório (2007) em Presidente Prudente – SP, aponta que por volta de 40% entre 1000 adolescentes advinham de famílias distantes do modelo nuclear, dado que reafirma pesquisa desenvolvida por Amazonas et al. (2003) com crianças e adultos através da aplicação de entrevista do genograma e o desenho da família, que mesmo prevalecendo a família nuclear na maioria das classes populares, há uma forte

presença de outras formas de organização familiares como: família extensa, família de recasados, família monoparental, família adotiva e família abrangente

Afora essas distintas maneiras de (re)estruturação, que não dão conta de abranger o leque de possibilidades de ser e estar família, as entidades familiares ultrapassaram estas classificações e os meros limites da “previsão jurídica, para abarcar todo e qualquer agrupamento de pessoas onde permeie o elemento afeto, ou seja, se reconhece como família todo e qualquer grupo no qual os seus membros enxergam uns aos outros como seu familiar” (ALVES, 2007, p. 330).

Dessa forma, um ponto comum entre elas é que “a união dos membros de uma família, com ou sem laços consanguíneos, se dá a partir da intimidade, do respeito mútuo, da amizade, da troca e do enriquecimento conjunto” (SIMIONATO; OLIVEIRA, 2003, p. 58) caracterizado como um processo de fortalecimento, construção e intersecção nos múltiplos contextos com os quais o ser humano interage de forma direta ou indireta cuja presença é observada, com mais clareza, quando está vivenciando uma situação adversa em sua vida (SILVA, et al, 2009).

Sem dúvidas, fatores externos advindos de modificações “cultural e econômica, da aquisição tecnológica, de novos valores sociais e religiosos levaram a modificação da estrutura familiar, provocando nos indivíduos a necessidade de se adequarem internamente, reformulando seus valores familiares e individuais” (HINTZ, 2001, p.11), processos que levaram a “mudanças nos papéis e nas relações em seu interior, bem como alterando sua estrutura no que diz respeito à composição” (SIMIONATO; OLIVEIRA, 2003, p. 58).

[...] o declínio do patriarcado tem se mostrado evidente em muitos contextos relacionais, dos quais a família é o mais visível, mas ele permanece ainda com certa força no imaginário social de sociedades [a incluir a escola] ainda frágeis do ponto de vista do favorecimento da expressão livre de seus cidadãos. [...] Vivemos, assim, muitas contradições: na prática acompanhamos a diversificação dos modelos familiares, mas em tese continuamos, em grande medida, a considerá-los a partir de concepções que se tornam cada vez mais obsoletas (PASSOS, 2005, p. 33).

Estas contradições são manifestas através dos pré-conceitos que recaem sobre as famílias estruturadas em modelos não convencionais. Diante dessas circunstâncias, faz-se necessário a presença de um conjunto de processos sociais, culturais e intrapsíquicos que combinados a outros atributos positivos da família e do contexto em que se insere, permite a essas famílias responderem efetivamente as demandas adversas da vida cotidiana, assumindo o cuidado e o compromisso com seus componentes. A este processo podemos denominar de resiliência familiar (YUNES, 2003, WALSH, 2005, LIBÓRIO, 2011).

Sob esta abordagem, podemos então pensar a resiliência familiar como sendo a

[...] capacidade de renascer da adversidade fortalecido e com mais recursos. É um processo ativo de resistência, reestruturação e crescimento em resposta à crise e ao desafio. [...] as qualidades da resiliência permitem às pessoas se curarem de feridas dolorosas, assumirem suas vidas e irem em frente para viver e amar plenamente (WALSH, 2005, p. 04).

Uma dentre as distintas situações de desventuras enfrentadas por essas organizações se manifesta no espaço escolar ao observarmos cotidianamente a ausência do debate sobre os conceitos de “família” e suas “formas de organização”, pois, a escola ao lançar mão de

políticas de participação e integração da família em seus ritos escolares adota um modelo único de família: o tradicional/heteronormativo. Essa necessidade de sustentar uma ideia de “sentimento de família” que possa garantir a coerência, a solidez de um modelo, não ultrapassa de um conceito mental, ideal e normalizador sobre ela (CARVALHO, 2004, COELHO SILVA, 2012).

Não importa quão diferentes os membros que compõem as famílias possam ser em termos de classe, gênero, raça, opção sexual, entre outras, a primazia de uma matriz organizacional sobre outras emerge com fluidez na escola, uma vez que o ideário emergente caracteriza as famílias estruturadas em modelos não convencionais como disfuncionais, desorganizadas, desviantes ou desestruturadas, pois, falharam no projeto de arquitetar, de sustentar e de cultivar um “verdadeiro” prospecto de família (COELHO SILVA, 2012).

É precípua reconhecer que os “benefícios de uma boa integração entre a família e a escola é que se relacionam as possíveis transformações evolutivas nos níveis cognitivos, afetivos, sociais e de personalidade dos alunos” (DESSEN; POLÔNIA, 2007, p. 305), uma vez que, a educação ofertada tanto pela escola quanto pela família se subdividem em categorias essenciais (CARVALHO, 2004, DESSEN & POLÔNIA, 2007).

Cabe a escola como princípio básico, reconhecer os processos que permeiam as duas instituições e as particularidades manifestas no curso dessa relação o que possibilitaria a criação de estratégias de integrar a família em suas plurideterminações.

### **(Des)Integração da família na escola**

A integração entre escola e família tem despertado o interesse de cientistas das mais diversas áreas do conhecimento, portanto, as políticas públicas educacionais que objetivam a participação e cooperação da família na escola e à implicação dessa relação no desempenho escolar tem sido alvo desses estudos.

Dessen; Polônia (2007, p. 22) afirmam que

[...] a família e a escola emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsoras ou inibidoras do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social. Na escola, os conteúdos curriculares asseguram a instrução e apreensão de conhecimentos, havendo uma preocupação central com o processo ensino-aprendizagem. Já, na família, os objetivos, conteúdos e métodos se diferenciam, fomentando o processo de socialização, a proteção, as condições básicas de sobrevivência e o desenvolvimento de seus membros no plano social, cognitivo e afetivo.

Portanto nos “benefícios de uma boa integração entre a família e a escola é que se relacionam as possíveis transformações evolutivas nos níveis cognitivos, afetivos, sociais e de personalidade dos alunos” (POLÔNIA; DASSEN, 2005, p. 305).

Como estratégias de integração, as famílias passaram a ser convidadas a participarem da educação escolar, através de políticas educacionais como expõe Carvalho (2004, p.52), ao referir sobre a “instituição do Dia Nacional da Família na Escola, lançado pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, e da publicação da Cartilha Educar é Uma Tarefa de Todos Nós: um guia para a família participar, no dia-a-dia, da educação de nossas crianças” ou campanhas publicitárias para que famílias de estudantes da rede pública recebessem em seus domicílios, pesquisadores do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) com a intenção de avaliarem os serviços públicos escolares prestados.

Nessa esteira, a escola também lança suas próprias estratégias de chamamento da família através de “palestras, cursos, jornadas, “festas da família”, agenda escolar do aluno, bilhetes, contatos telefônicos, conversas na entrada e na saída das aulas” (NOGUEIRA, 2006, p. 164).

Porém ao observar o cotidiano escolar e refletir sobre essas políticas educacionais, nos perguntamos: Quais famílias a que escola busca integrar? Quais discursos sustentam a escola na comemoração do dia dos pais e dia das mães? Como a escola percebe a família estruturada em modelos não convencionais? E principalmente: Como o aluno se sente ao perceber que a sua família não é aquela que a escola possui como modelo ideal?

### **Em busca de uma integração mais efetiva**

É no cotidiano escolar que se presencia a maior involução das propostas de integração com a família. Ali são determinadas as características de gênero, onde se desconsidera qualquer forma de relação afetiva não convencional, é nesse espaço que a família adquire contornos rígidos de estruturação e definição de papéis. No âmbito escolar que são constituídas as identidade e (re)produzidas as diferenças. Outra característica constante e que torna evidente o conservadorismo familiar da entidade escolar está impresso ao estabelecer como parâmetros de aprendizagem a procedência familiar. Educadores tem alegado que a família tem estado por trás do sucesso e tem sido culpada pelo fracasso escolar, acusando as famílias pelas dificuldades ou sucesso dos estudantes, além de possuírem crenças pessimistas sobre as novas configurações familiares, que aliadas a outros aspectos, são caracterizadas como desorganizadas, desviantes e instáveis (CARVALHO, 2000, 2004, YUNES; GARCIA, 2007, OLIVEIRA; MARINHO ARAÚJO, 2010).

A manutenção dessa postura segue na contramão das próprias estratégias educacionais que objetivam integrar a família a escola uma vez que tende a afastar aquelas que por ela são consideradas desordenadas. Consequentemente, o processo de ensino e aprendizagem torna-se comprometido pela desintegração desses institutos vitais ao processo de formação do ser social.

Para uma relação de harmonia entre escola e a família, Carvalho (2004, p. 42) defende que

[...] ao tentar estabelecer uma parceria com a família e convocar os pais (termo genérico para pais e mães), como estratégia de promoção do sucesso escolar, a escola, deve considerar principalmente a diversidade de arranjos familiares de uma parte considerável das famílias bem como as relações de gênero que estruturam as relações e a divisão de trabalho em casa e na escola.

Para que profissionais da educação possam entender a relação que se estabelece entre a família e a escola é necessário que a reconhecer as famílias estruturadas em modelos não convencionais como uma realidade na escola já que a aproximação com as variáveis que as compõem, possibilitaria implementar estratégias apropriadas de participação conjunta, bem como fornecer orientações específicas respeitando às particularidades de ser e estar de cada uma dessas famílias (POLÔNIA; DASSEN, 2005, OLIVEIRA et al., 2008, OLIVEIRA; MARINHO ARAÚJO, 2010).

### **Apontamentos**

A busca da integração com a família pela escola não é uma tarefa fácil e para Polônia; Dassen (2005, p. 310) “não deve ser encarado de forma amadora ou idealística. Urge que dados empíricos sejam gerados, permitindo a identificação de valores que facilitam ou dificultam essa interação”, principalmente no que tange as famílias estruturadas em modelos não convencionais.

É imprescindível que a escola olhe para essas famílias com flexibilidade e bom senso, na tentativa de estabelecer uma ética educacional em que os sujeitos envolvidos em seu processo, possam expressar suas singularidades afetivas, culturais e sociais.

A escola precisa reconhecer que

[...] neste tempo em que até o milênio muda, muda a família, muda o seu cerne fundamental, muda a razão de sua constituição, existência e sobrevivência, mudam as pessoas que a compõem onde os sujeitos passam a ter a coragem de admitir que se case principalmente por amor, pelo amor e enquanto houver amor. Pois só a família assim constituída pode ser mesmo aquele remanso de paz, ternura e respeito, lugar em que haverá mais que em qualquer outro, para todos e para cada um de seus componentes, a enorme chance da realização de seus projetos de felicidade” (HIRONAKA, 2011, p.11).

Falamos então de evitar o preconceito e a compulsoriedade imposto pelos padrões de normatividade aos membros das famílias estruturadas em modelos não convencionais. Para isso propomos que a escola considere-as

[...] a partir de uma ética que leve em conta as demandas afetivas dos sujeitos nelas envolvidos. Esta ética deve estar assentada, portanto, nas diferentes formas de conjugalidade, parentalidade e filiação que configuram um contexto familiar baseado nos laços de afeto. Seus princípios adviriam não mais das leis gerais que fundamentam a ordem familiar patriarcal, mas das novas redes que sustentam as relações de afeto nas novas famílias. Isto significa dizer que ela está sendo reconstruída permanentemente a partir das expressões relacionais que se diferenciam, repercutindo no contexto da sociedade mais ampla, ao mesmo tempo que são marcadas pelas tramas sociais (PASSOS, 2005, p. 33-34).

Cabe à escola atentar-se a essas mudanças em suas estratégias de integração com as famílias precavendo-se ao nomeá-la no singular e adotando como referência um padrão único de ser família. Tal cuidado é premente, pois é no cotidiano escolar que se presenciaram uma gama de práticas excludentes daqueles/as que desatendem padrões normativos, ao privilegiar em seus ritos escolares um estilo particular de exercício de paternidade/maternidade que pode enfraquecer a autonomia e a liberdade de organizar as famílias.

Ao contrário, a escola precisa lançar um olhar plural sob essas famílias e reconhecer que a combinação de valores, estruturas, afeições, entre outros aspectos, pode caracterizá-las como uma organização funcional, centrando-se nos elementos de positividade que sustentam o contexto familiar e na interação entre seus membros, ou seja, naquilo que eles são capazes de fazer bem. Se trata de reconhecer que independente da organização da família, “coexistem fortalezas, bem como fraquezas, recursos e destituições” (SILVA, et al., 2009, p. 99).

Sem concluir, mas apontando novos caminhos, podemos ressaltar que o conceito que a escola apresenta de família na contemporaneidade “na verdade, corresponde a um discurso ideológico homogêneo para definir e agrupar os arranjos familiares em torno de um único modelo idealizado e inalcançável na prática” (COELHO SILVA, 2012, p. 196), portanto é um conceito ultrapassado que presta um desserviço as famílias estruturadas em modelos não convencionais, o que comprova a necessidade de novos estudos a respeito da relação escola e família.

É primordial a revisão dos atuais currículos educacionais e o repensar das estratégias de integração da família na escola que deverão estabelecer um novo olhar as famílias estruturadas em modelos não convencionais. Impera a necessidade de se estabelecer condutas em programas de formação inicial e continuada focadas na instauração de uma escola democrática e maleável perante as mudanças decorrentes dos aspectos cognitivos, sociais, econômicos, culturais e afetivos aos quais estão submetidas às famílias estruturadas em modelos não convencionais, de forma a combater o preconceito e a normatividade compulsória a que estão expostas.

### Referências

ALVES, L. B. M. O Reconhecimento Legal do Conceito Moderno de Família: O Art. 5º, II e Parágrafo Único, da Lei Nº 11.340/2006 (Lei Maria Da Penha). **De jure: Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, n.8, jan./jun, 2007, p.329-34.

AMAZONAS, M. C. L. A. DAMASCENO, P. R. TERTO, L. M. S. SILVA, R. R. Arranjos familiares de crianças das camadas populares. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, num. esp., 2003, p. 11-20.

CANIÇO, H.; BAIARRADA, P.; RODRÍGUEZ, E.; CARVALHO, A. **Novos Tipos de Família**. Plano de Cuidados. Coimbra: Ed. Imprensa da Universidade de Coimbra, 1ª ed. jun, 2010.

CARVALHO, M. E. P. Modos de educação, gênero e relações escola-família. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004, p. 41-58.

\_\_\_\_\_. Relações entre a família e escola e suas implicações de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, nº 110. Jul./2000, p. 143-155.

CECCARELLI, P. R. Novas configurações familiares: mitos e verdades. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, jun. 2007, p.89-102.

COELHO SILVA, P. F. JAYME, J. G. Gênero, corpo e sexualidade em Tudo sobre minha mãe e A pele que habito, de Pedro Almodóvar. **Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad**. nº11. Año 5. Abril 2013 - Julio 2013. Argentina, p. 71-82.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, 2007, p.21-32.

HINTZ, H. C. Novos tempos, novas famílias? Da modernidade à pós-modernidade. **Pensando famílias**. 2001, p.8-19.

HIRONAKA, G. M. F. N. Família e Casamento em Evolução. *In: Revista Brasileira de Direito de Família*, Porto Alegre, nº 1, abr./jun. 1999, p. 7-17.

LIBÓRIO, R. M. C. "**Comportamentos e fatores de risco e proteção na adolescência e juventude nos municípios de Presidente Prudente e Belo Horizonte**". Relatório de pesquisa não publicado apresentado a FAPESP, 2007.

NOGUEIRA, M. A. Família e escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação. **Educação & Realidade**, n. 31(2), jul/dez. 2006, p.155-170.

OLIVEIRA, C. B. E. MARINHO ARAÚJO, C. M. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Estudos de Psicologia**. Campinas, janeiro-março. 2010, p. 99-108.

OLIVEIRA, D.; SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D.; LOPES, R. C. S. L. Impacto das configurações familiares no desenvolvimento de crianças e adolescentes: uma revisão da produção científica. **Interação em Psicologia**, Curitiba, jan./jun. 2008, p.87-98.

PASSOS, M. C. Homoparentalidade: uma entre outras formas de ser família. **Psi. Clin.** Rio de Janeiro, vol. 17, n.2, 2005, p.31-40.

PEREIRA, R. C. **Direito de família: uma abordagem psicanalítica**. 2ª. ed. rev. atual. ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

POLÔNIA, A. C.; DESSEN, M. A. Em busca da compreensão das relações entre família e escola. **Psicologia Escolar e Educacional**. Vol. 9.n.2, 2005, p.303-312.

SILVA, M. R. S. LACHARITÉ, C. SILVA, P.A. LUNARDI, V. L. LUNARDI FILHO, W. D. Processos que sustentam a resiliência familiar: um estudo de caso. **Texto Contexto Enferm**. Florianópolis, Jan/Mar 2009, p. 92-99.

SIMIONATO, M. A. W. OLIVEIRA, R. G. Funções e Transformações da Família ao Longo da História. **I Encontro Paranaense de Psicopedagogia – ABPpPr – nov./2003**, p.57-66.

YUNES, M. A, M; GARCIA, N. M.; ALBUQUERQUE, B. M. Monoparentalidade, pobreza e resiliência: entre as crenças dos profissionais e as possibilidades da convivência familiar. **Psicol. Reflex. Crit.** vol.20, n.3, 2007, p. 444-453.

YUNES, M. A. M. **A questão triplamente controvertida da resiliência em famílias de baixa renda**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Pós Graduação em Psicologia da Educação. São Paulo: 2003. 168f.

WALSH, F. **Fortalecendo a resiliência familiar**. Trad. Magda França Flores; Rev. Cie. Cláudia Bruscin. São Paulo: Roca, 2005.

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista - UNESP, Campus de Presidente Prudente

<sup>2</sup> Professora Pós Doutora da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Departamento de Educação.

<sup>3</sup> Professora Pós Doutora da Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Teoria e Prática da Educação.